

Necropolítica, coronavírus e o caso das comunidades quilombolas brasileiras

Eduardo Rodrigues Santos

Universidade de Brasília. Departamento de Sociologia.

Brasília, Brasil

<http://lattes.cnpq.br/4838551884341008>

eduardors329@gmail.com

DOI: <https://doi.org/10.5281/zenodo.3957210>

Recebido / Recibido / Received: 2020-05-31

Aceitado / Aceptado / Accepted: 2020-06-26

Resumo

O mundo está diante de acontecimentos sem precedentes por conta da pandemia de coronavírus. Começou na China, passou por todos os continentes, chegou ao Brasil. É um vírus que age em escala global, mas que apresenta consequências diferentes pelos países onde passa. Pretende-se aqui discutir sobre como o contexto pandêmico está realçando os traços da necropolítica estabelecida em relação a população negra, em especial aqui sobre as populações quilombolas. Para tal, será realizada uma descrição acerca do conceito de necropolítica do filósofo camaronês Achille Mbembe, para com esse pano de fundo analisar os dados sobre os casos de adoecidos/as pelo coronavírus no Brasil como um todo e em comunidades quilombolas, percebendo uma discrepância sobre as taxas de letalidade entre quilombolas e não quilombolas, diferença essa que aponta que um indivíduo de quilombo adoecido pelo coronavírus tem cerca de 3 vezes mais chance de morrer do que um indivíduo não quilombola. Os dados serão extraídos de boletins epidemiológicos disponibilizados pelo Ministério da Saúde e pela Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas (CONAQ). Com a visualização desse cenário, algumas hipóteses sobre o motivo dessa diferença serão postas, mas o importante é que a necropolítica está presente em qualquer uma das hipóteses. Assim, o deixar morrer que Mbembe trabalha sobre o conceito aqui discutido e aplicado no cenário brasileiro, pode vir a representar o maior genocídio da população quilombola no Brasil desde o período escravocrata. Por fim, pretende-se apresentar alguns cenários para o pós-pandemia e como as comunidades quilombolas podem interagir em cada cenário apresentado.

Palavras-chave: Brasil, Comunidades quilombolas, Coronavírus, Genocídio, Necropolítica, Neoliberalismo.

Necropolitics, coronavirus and the case of Brazilian quilombola communities

Abstract

The world is facing unprecedented events because of the coronavirus pandemic. It started in China, went to all continents, arrived in Brazil. It is a virus that acts on a global scale, but has different consequences in the countries where does it go. It is intended here to discuss how the pandemic context is highlighting the traces of the established necropolitics in relation to the black population, especially here about quilombola populations. For such, will be head a description of the concept of necropolitics from the Cameroonian philosopher Achille Mbembe, towards that backdrop to analyze the data about the cases of coronavirus patients in Brazil as a whole and in quilombola communities, realizing a discrepancy about the lethality rates between quilombolas and non-quilombolas, a difference that points out that a sick quilombola with the coronavirus has about 3 times more chance of dying than a non-quilombola person. The data will be extracted from epidemiological bulletins provided by the Ministry of Health and by the National Coordination of Articulation of Black Rural Quilombola Communities (CONAQ). With the visualization of this scenario, some hypotheses about the reason for this difference will be put, but the important is that the necropolitics is present in any of them hypotheses. Thus, the let die that Mbembe concept discussed and applied here in the Brazilian scenario, may represent the biggest genocide of the quilombola population in Brazil since the slave period. Finally, it is intended to present some scenarios for the post-pandemic and how quilombola communities can interact in each scenario displayed.

Keywords: Brazil, Coronavirus, Genocide, Necropolitics, Neoliberalism, Quilombola communities.

Necropolítica, coronavírus y el caso de las comunidades quilombolas brasileñas

Resumen

El mundo está delante de acontecimientos sin precedentes debido a la pandemia del coronavirus. Comenzó en China, pasó por todos los continentes, llegó a Brasil. Es un virus que actúa en escala global, pero que presenta consecuencias diferentes por los países donde pasa. Aquí se pretende discutir sobre como el contexto pandémico está realzando los trazos de la necropolítica establecida hacia la población negra, en especial sobre las poblaciones quilombolas. Para ello, será realiza una descripción acerca del concepto de necropolítica del filósofo camerunes Achille Mbembe, para con ese paño de fondo analizar los datos sobre los casos de infectados/das por el coronavirus en Brasil cómo uno todo y en comunidades quilombolas, percibiendo una discrepancia sobre las tasas

de letalidad entre quilombolas y no quilombolas, diferencia aquella que indica que un individuo de quilombo infectado por el coronavirus tiene cerca de 3 veces más oportunidad de morir del que un individuo no quilombola. Los datos son extraídos de boletines epidemiológicos disponibilizados por el Ministerio de la Salud y por la Coordinación Nacional de Articulación de las Comunidades Negras Rurales Quilombolas (CONAQ). Con la visualización de ese escenario, algunas hipótesis sobre el motivo de esa diferencia serán planteadas, pero lo importante es que la necropolítica está presente en cualquiera de las hipótesis. Así, el dejar morir que Mbembe trabaja sobre el concepto aquí discutido y aplicado en el escenario brasileño, puede venir a representar el mayor genocidio de la población quilombola en Brasil desde el periodo escravocrata. Finalmente, se pretende presentar algunos escenarios para la post-pandemia y como las comunidades quilombolas pueden interactuar en cada escenario presentado.

Palabras clave: Brasil, Comunidades quilombolas, Coronavirus, Genocidio, Necropolítica, Neoliberalismo.

Introdução

Diante do cenário contemporâneo e diante os objetivos deste artigo, é essencial ter em mente noções básicas sobre o contexto atual. O primeiro é que o mundo está diante de uma grave crise sanitária causada pela COVID-19 e que por ser uma doença causada por um vírus altamente contagioso traz como consequência crises nas ordens econômica, social e política. A segunda noção básica gira em torno das recomendações da Organização Mundial da Saúde (OMS). Entre alguns conselhos sobre a higiene pessoal, como lavar bem as mãos, evitar tocar os olhos, nariz e boca, há também a recomendação para o auto-isolamento (WHO, 2020). Essa última é a mais importante aqui, por conta do terceiro ponto importante que é o posicionamento do Governo Federal brasileiro sobre o isolamento social. O chefe do poder executivo do país demonstra com veemência ser contrário às medidas que favoreçam a manutenção das pessoas em suas casas, argumentando que essas ações podem enfraquecer empresas e trazer impactos negativos para a economia brasileira, gerando desemprego, falência de comércios e aumentando a quantidade de pessoas passando fome.

Esse resumo arbitrário do contexto atual permite olhar com mais clareza algumas questões que julgo serem importantes no contexto brasileiro, como o caso das comunidades quilombolas no Brasil diante a pandemia do novo coronavírus. Esse caso específico é destacado aqui por um motivo em especial: o povo negro no Brasil passa por um processo de genocídio que percorre toda a história da negritude no país, sendo este um processo planejado de embranquecimento da população brasileira (NASCIMENTO, 1978). E quando transferido esse cenário para o contexto da pandemia de coronavírus, os mecanismos da necropolítica, sendo esta uma política de morte adequada pelo Estado (MBEMBE, 2018), podem trazer diferentes consequências entre as populações não negras e negras, e no caso específico aqui, sobre as comunidades quilombolas. A partir dessa preocupação que situa-se a relevância para a compreensão de que a crise do coronavírus pode agir de maneira semelhante nos corpos adoecidos, mas politicamente essa pandemia pode agir diferentemente entre grupos sociais. O

ponto aqui é, estudos das ciências biológicas apontam os grupos de risco para essa doença, em quais corpos o vírus tende a agir de maneira mais agressiva, como idosos, hipertensos etc., mas as ciências sociais também podem identificar quais são os grupos sociais em risco para a doença, sendo as comunidades quilombolas um exemplo que será melhor discutido aqui. E cabe também uma breve especulação sobre os cenários pós-pandemia, visto que Bihl (2020) discute algumas possibilidades para os próximos tempos, mais exatamente três cenários. Primeiro, a manutenção do neoliberalismo com a ascensão autoritária, segundo, o pacto global de bem estar social e terceiro a ruptura com o que há e o início de um período pós-capitalista. Pretende-se discutir como as comunidades quilombolas podem interagir diante de cada cenário.

Diante desses argumentos iniciais de que o governo federal se direciona a uma política do deixar morrer e que determinados grupos da sociedade podem ser tidos como grupos sociais de risco no contexto da pandemia, algumas perguntas surgem e são fundamentais para o direcionamento de esforços compreensivos. O que o coronavírus está causando e pode causar nas comunidades quilombolas brasileiras? Quais as ações governamentais para o gerenciamento da crise nos quilombos e por que essas são atitudes são tomadas? A partir da contribuição de Mbembe sobre o conceito de necropolítica pretende-se analisar o caso dos quilombos brasileiros diante a crise do coronavírus, analisando os dados gerais sobre o tema do Ministério da Saúde e os dados dos boletins da CONAQ sobre a incidência do vírus sobre as comunidades quilombolas, apontando interpretações sobre os dados que podem evidenciar a ação necropolítica do Estado.

Revisão da Literatura

Para entender essa relação entre o coronavírus e as comunidades quilombolas brasileiras, pretende-se utilizar o conceito de necropolítica do teórico camaronês Achille Mbembe (2018). Ele define necropolítica como uma política de Estado que adequa quem merece estar vivo ou merece estar morto. Ele aponta esse conceito dizendo que o estado escolhe quem deve viver e quem deve morrer. Um elemento que possibilita a implementação dessa política da morte, ou do deixar morrer, é que determinados indivíduos não são dotados de humanidade ao olhar do Estado, desse modo, se tornam indivíduos frágeis ao deixar morrer, algo similar a ideia de indivíduos descartáveis. Quando a humanidade é negada, a prática da violência se torna possível e legitimada. Assim, a preocupação aqui vai no sentido de que a soberania estatal está posta sobre um projeto que se distancia da autonomia e se aproxima da destruição material de corpos e populações (MBEMBE, 2018). Com inspiração no conceito de biopoder de Foucault, Achille Mbembe aponta que o direito soberano de matar é característico dos Estados modernos, e sendo esse um empreendimento ocidental, se mistura com as questões raciais postas nas práticas políticas do mundo ocidental. O que se pode concluir a partir dessa perspectiva inspirada nas contribuições de Mbembe é que a soberania do Estado é a “capacidade de definir quem importa e quem não importa, quem é descartável e quem não é” (MBEMBE, 2018, p. 41).

Então, se há o exercício da necropolítica no Brasil, quem está sendo deixado morrer? Quais são as vidas que não importam? A partir dessas indagações, evoco Nascimento (1978) apontando uma política de morte baseada no genocídio da população

negra brasileira. Aqui, vale a pena salientar que o genocídio vai para além do morrer físico, mas abrange também a exterminação política, cultural, linguística, religiosa entre outros aspectos. Para a compreensão deste trabalho, entende-se o poder da morte como a instrumentalização do morrer físico, simbólico e moral de um povo, no caso, da população negra. O exercício da necropolítica leva ao genocídio do negro brasileiro em todos esses aspectos. E quando se evoca as contribuições teóricas de Nascimento (1978), se faz isso por sua importância na desarticulação da ideia de democracia racial que era e ainda é disseminada pelo Brasil, apontando o genocídio institucional e sistemático mas ao mesmo tempo silencioso sobre a população negra. Esse é um pressuposto essencial para se enxergar a atual crise do coronavírus, que por muitas vezes é caracterizado na opinião pública de que se trata de um vírus que não escolhe quem vai adoecer, uma doença que atinge a todos da mesma forma. De certo modo isso pode ser verdade, visto que o vírus realmente não tem uma predileção racial, mas pensar sobre essa crise sobre a luz do pensamento de Abdias do Nascimento é necessário para se perceber a política da morte estabelecida socialmente diante da pandemia. Há uma construção da ideia de uma doença democrática, mas os mecanismos de ação do Estado são sistemáticos e silenciosos ao caminho do genocídio das populações negras, em destaque as comunidades quilombolas. Mais a frente poderá perceber a não democratização do coronavírus.

Por conta desse dever morrer que esses conceitos de necropolítica e genocídio apresentam, se dá a importância destes no debate sobre a crise do coronavírus no Brasil, tomando como pressuposto que o Governo Federal vem adotando até o momento desse escrito uma postura contrária às recomendações das autoridades de saúde no mundo, colaborando para o incremento do número de mortos no país. Mas as ações do governo federal serão melhor discutidas adiante.

Pensando no cenário histórico brasileiro, o que se enxerga é um país com histórico escravocrata e de marginalização da população negra desde a colonização até os dias atuais. Em relação aos quilombos, nota-se desde suas formações a destituição de humanidade dos/as quilombolas, visto que os/as negros/as escravizados/as perderam seus lares, o direito sobre seus corpos e seus estatutos políticos. Desse modo, foram sujeitos forjados diante da animalização, o que se confirma com o fato de que os quilombos foram formados no contexto em que pessoas negras no Brasil eram mercadorias. Aliado a isso, a ideia de um inimigo do Estado se dá desde esse período escravocrata, colocando a imagem do negro como um inimigo do país e um ser não dotado de humanidade, o que facilita a utilização de técnicas para conduzir estes a morte (MBEMBE, 2018).

Mesmo após o fim do período escravocrata essas pessoas não tem a dignificação da humanidade plena. Dados do Fórum Brasileiro de Segurança Pública ajudam a enxergar esse cenário de política da morte que incide sobre a população negra. Cerca de 75% das pessoas mortas em operações policiais, em ações do Estado, eram negras, além da predominância negra entre as vítimas de feminicídio, de violência sexual, de homicídios entre jovens e entre as vítimas totais de homicídio (ATLAS DA VIOLÊNCIA, 2019). Quando se trata dos quilombos, tem-se um crescimento de 350% dos assassinatos de quilombolas entre 2016 e 2017, subindo de 4 para 18, tendo vítimas que eram lideranças de suas comunidades (CONAQ, 2018). Esse dado serve para visualizar com mais clareza o tamanho da questão que está posta sobre a expansão do coronavírus nos quilombos brasileiros.

Ou seja, as pessoas de comunidades quilombolas vem tendo sua humanidade negada até os dias atuais, a partir de discursos que se modificam conforme o passar do tempo, mas sempre sobre a ótica da necropolítica. Por conta disso, faz-se necessário compreender qual o tamanho da crise do coronavírus sobre os/as quilombolas, visto que em comparação com os dados de assassinatos os quilombos podem estar sim diante do maior genocídio desde o período escravocrata. Mas isso será melhor discutido com alguns dados lançados mais a frente.

Bihir (2020) aponta que a crise do coronavírus é multidimensional, atingindo não só a questão da saúde, mas política e econômica também, por exemplo. No caso específico dos quilombos, entende-se aqui que a pandemia tem consequências sobre a saúde e sobre a política da morte, necropolítica. Como o coronavírus trouxe uma situação sem precedentes recentes, é importante pensar sobre o pós-pandemia, e nesse sentido Bihir (2020) apresenta três possibilidades no cenário econômico e que tem desdobramentos sobre as políticas adotadas pelo Estado. A primeira é a retomada do neoliberalismo, sendo essa a posição que muitos países já adotaram e montam estratégias para essa reativação da relação entre forças produtivas e de capital. Nesse caso, há uma pretensão estatal e de empresários para uma retomada do sistema produtivo estabelecido nas últimas décadas. A segunda é o que autor chama de “un giro neo-socialdemócrata” (BIHR, 2020, p.10). Isso significa que a pandemia em um contexto de má gestão da saúde por conta do modelo neoliberal pode resultar em medidas de austeridade por parte dos estados, ou seja, pode emergir um programa de reformas por conta de reivindicações de movimentos sociais. E a terceira possibilidade é abrir caminhos na perspectiva de uma ruptura revolucionária, ou seja, a partir de uma percepção geral dos limites do capitalismo e da necessidade de superá-lo, se abra um caminho para um cenário pós-capitalista. Os três cenários são postos em ordem de possibilidade, do mais provável ao menos provável (BIHR, 2020). Mais a frente pretende-se pensar o caso das comunidades quilombolas a partir dos dados sobre o coronavírus, a percepção da necropolítica em ascensão e pensar como elas podem estar conectadas e inseridas nos cenários pós-pandemia apresentados.

Método

Para adentrar em um aspecto mais sistemático sobre o deixar morrer físico, pretende-se realizar a análise quantitativa de boletins que a CONAQ vem disponibilizando sobre o acompanhamento do coronavírus nas comunidades quilombolas brasileiras. A partir disso, espelha-se esses dados ao panorama geral do Brasil a partir dos dados do Ministério da Saúde, buscando encontrar a partir da taxa de letalidade possíveis interpretações que levem a incidência da necropolítica vigente nesse contexto. Vale ressaltar que o Governo Federal não possui dados concretos sequer sobre a população quilombola no país, logo se faz necessária a utilização dos dados da CONAQ para a visualização da expansão do coronavírus sobre as comunidades quilombolas e realizar as análises necessárias. A partir disso, pretende-se notar se é possível estabelecer conexões entre o conceito de necropolítica e o caso dos quilombos durante a pandemia de coronavírus. E para chegar as taxas de letalidade que serão expostas, utilizou-se da fração entre o total de óbitos confirmados pelo vírus e total de casos confirmados de pessoas adoecidas pelo coronavírus. Vale ressaltar que o Brasil é um país que vem tes-

tando pouco sua população, logo, esses dados oficiais podem ignorar diversos outros casos de mortes e de pessoas que tiveram contato com o vírus.

Por conta das recomendações das autoridades de saúde como a OMS, o Ministério da Saúde e do Governo do Distrito Federal, toda a coleta de dados obrigatoriamente ocorreu pela internet, através da consulta nos portais da CONAQ, do Ministério da Saúde. Então o trabalho pode conter lacunas que poderiam ser fechadas com a possibilidade de um trabalho de campo, realização de entrevistas etc. Mas mesmo com essas dificuldades metodológicas, o estudo se faz necessário ao ponto de que se trata de uma doença nova e que demanda de todos os esforços compreensivos para que as melhores atitudes sejam tomadas para sua prevenção, principalmente em comunidades historicamente vulneráveis como as quilombolas.

Resultados

A CONAQ vem disponibilizando boletins epidemiológicos pelo menos uma vez por semana em seu portal na internet sobre a incidência do novo coronavírus sobre as comunidades quilombolas. Os primeiros boletins foram publicados em abril mas como eram os primeiros números ainda, a taxa de letalidade variou bastante, chegando a alcançar uma letalidade de 85,7% no dia 22 de abril, com sete casos confirmados e seis mortes. Por isso para essa análise se percebe mais válido utilizar os dados dos boletins do mês de maio, que já apresentam um padrão mais perceptível em relação à taxa de letalidade. Já em relação aos dados gerais do Brasil divulgados pelo Ministério da Saúde se nota um padrão estabelecido na taxa de letalidade conforme o passar dos dias. No dia 5 de maio, enquanto o Brasil já tinha quase 115 mil casos e 8 mil óbitos, com taxa de letalidade de 6,9%, os quilombos brasileiros tinham 63 casos e 17 óbitos, com cerca de 27% de letalidade. Percebe-se uma queda considerável em relação ao mês de abril, indicando o padrão de letalidade que iria se instaurar nos quilombos nos próximos boletins.

Uma semana depois, no dia 13 de maio, o Brasil já registrava quase 190 mil casos e já passava de mais de 13 mil mortes, com a taxa de letalidade em 6,95%. Nos quilombos eram 128 casos e 21 mortes, letalidade girando em torno de 16,4%. Dias depois, em 18 de maio, o Brasil já passava de 254 mil casos e quase 17 mil mortes, com a letalidade em 6,6%, e as comunidades quilombolas do país tinham 150 casos e 26 mortes, com 17,3% de letalidade. Dois dias depois, 20 de maio, os quilombos já tinham 158 casos e 31 mortes, letalidade de 19,6%, e no Brasil a taxa era de 6,4%. O que se percebe é que a taxa de letalidade brasileira geral mantém um padrão na casa dos 6% e os quilombos foram se estabelecendo em uma taxa entre 16% e 19%. Mais a frente será discutido quais motivos podem gerar uma diferença considerável como está nos índices letais dessa pandemia, mas o que se percebe até aqui é que um quilombola que adocece em decorrência do coronavírus tem aproximadamente 3 vezes mais chance de morrer do que um indivíduo não quilombola. E na melhor das hipóteses, caso o número de óbitos seja fiel a realidade mas o de casos confirmados não possa ser capturado com fidelidade ao que realmente está acontecendo nas comunidades quilombolas, estaríamos diante de um cenário de subnotificação de casos de no mínimo 300%. Isso pois se admitirmos que a taxa de letalidade no Brasil gira em torno de 6% (dado que já poderia ser modificado pela subnotificação geral no país) e que nos quilombos a taxa deveria

ser a mesma, no dia 20 de maio ao invés de 158 casos, as comunidades teriam 474 pessoas infectadas pelo novo coronavírus.

Por fim, vale destacar que os dados foram recolhidos até o dia 25 de maio, podendo assim haver novos números e algumas mudanças em termos percentuais, mas para valor de análise teórica que se objetiva aqui, os dados já são relevantes e os dados posteriores mesmo que com alguma pequena mudança muito provavelmente continuará embasando a discussão a seguir.

Discussão

O que se pode notar é uma taxa de letalidade elevada nas comunidades quilombolas em relação a taxa geral brasileira. Apresento três hipóteses indicativas sobre o motivo da discrepância desses dados. Primeiro, falta de testes em número razoável para coletar o máximo de quilombolas adoecidos. O Brasil como um todo apresenta uma baixa quantidade de testes para coronavírus, sendo notadamente um dos países que menos testa proporcionalmente sua população (BBC, 2020). Assim, se nas grandes metrópoles a testagem é baixa é fácil imaginar que nas comunidades quilombolas a quantidade de testes é ainda mais escassa. Desse modo, o dado sobre quilombolas doentes pode ser consideravelmente maior do que os números disponibilizados pela CONAQ, o que conseqüentemente pode significar uma diminuição na taxa de letalidade nos quilombos.

Segundo, a ausência do sistema público de saúde nas comunidades quilombolas pode contribuir para a alta letalidade do coronavírus para essas pessoas. Essa inclusive é uma das lutas permanentes dos quilombolas, dos movimentos negros, a facilitação destes em acessar o sistema público de saúde. Desse modo, também fica fácil de imaginar que um povo que historicamente enfrenta dificuldades para acessar a saúde pública tenha uma alta taxa de letalidade diante uma pandemia como essa, já que seus suportes especializados são escassos.

E terceiro, é a junção das duas hipóteses anteriores, e a que acredito que seja a que mais se aproxima da realidade. As comunidades quilombolas têm no acesso à saúde um problema histórico e a falta de testagem para essa população vem justamente ao encontro desse problema que não iniciou durante a crise do coronavírus. Em uma junção das duas primeiras hipóteses, se tem um cenário possível com uma alta taxa de subnotificação em casos e também em número de óbitos, o que demonstraria uma taxa de letalidade realmente alta por conta de dificuldades que vão além da doença, mas que se agregam a questões políticas que antecedem essa crise atual.

O que é necessário perceber é que independente da hipótese, é perceptível a ação necropolítica sobre as comunidades quilombolas. Como já dito, a formação dos quilombos se deu por meio de negros escravizados que tentavam fugir dos mandatos escravocratas, o que aos olhos da elite da época já dava a essas organizações um caráter sub-humano. Daí em diante a história das comunidades quilombolas no Brasil é cercada de disputas políticas em torno da busca da sua legitimidade humana e de condições básicas. Exemplo disso é o Quilombo de Alcântara, no Maranhão, que em meio a pandemia de coronavírus recebeu a notícia de remoção por meio de resolução assinada pelo ministro chefe do gabinete de Segurança Institucional da Presidência da República, Augusto Heleno (ARAÚJO, 2020). Quilombolas também enfrentam uma disputa por

suas terras com mineradoras, como é o caso do Quilombo de Mata Cavalo, em Mato Grosso. O que se percebe é uma ação governamental, e de empresários, no sentido de deixar morrer dos quilombolas. Um deixar morrer físico mas também simbólico e material. Constantemente essas pessoas são deixadas morrer, perdem o direito a terras em que vivem há séculos, tem sua ancestralidade arruinada por um projeto de Estado que não coloca esses indivíduos como agradáveis. Enfim, são muitas as lutas por reconhecimento que estão postas nas comunidades quilombolas do país durante suas histórias. Um estudo mais cuidadoso e extenso pode mostrar isso com mais clareza. Mas o ponto que pretendo ressaltar e chamar a atenção aqui é que diante dessa crise sanitária, é possível que aconteça o maior genocídio da população quilombola no Brasil desde o período escravocrata. Para se ter uma noção da gravidade da situação, como já dito anteriormente, em 2017 foram 18 assassinatos de quilombolas no Brasil e somente até o dia 20 de maio de 2020, já eram 31 mortos com a confirmação de coronavírus. Entre 2008 e 2017 foram 38 assassinatos de quilombolas (CONAQ, 2018), mostrando assim que a crise do coronavírus vai deixar um legado de mortes maior do que quase uma década inteira de assassinatos. Diante disso e da não ação do Governo Federal para conter essa crise, chega-se à conclusão de que podemos estar diante de um processo de genocídio sem precedentes desde a escravidão.

Tendo como base esse cenário, é importante pensar sobre o pós pandemia para que ações sejam tomadas para evitar o genocídio dos quilombolas brasileiros. Alain Bihl (2020) aponta três cenários possíveis para o momento posterior a crise do coronavírus. O primeiro diz respeito a uma manutenção do neoliberalismo, mas como essa crise vai gerar um aprofundamento da crise econômica e social, muitos movimentos reivindicatórios irão agir. Assim, para a conservação do modo neoliberal de sociedade, chefes de Estado com perfil autoritário podem surgir como solução, sendo Bolsonaro um exemplo disso. Bihl (2020) aponta que esse é o cenário mais provável mas diante das investidas necropolíticas já citadas e que são reforçadas pelo próprio governo, esse seria o cenário com mais consequências negativas para as comunidades quilombolas. O segundo cenário diz respeito a uma espécie de estado de bem estar social, caracterizado por uma série de reformas e ações de austeridade que serão reivindicadas pelos movimentos sociais. Emergiria então um pacto global para a saída conjunta dessa crise, buscando assim uma vacina contra o coronavírus e ações de auxílio para as pessoas mais pobres. Nesse cenário as comunidades quilombolas surgem como um forte movimento político que deverá aparecer reivindicando uma presença do Estado, como nas áreas de saúde e educação. Mesmo assim, não haveria uma garantia de uma transformação política a longo prazo que pudesse vir a trazer o desaparecimento da ação necropolítica do Estado sobre esses indivíduos. E o terceiro cenário é o de crise do capitalismo e uma lacuna disponível para a implementação de uma transformação política, surgindo assim um período pós-capitalista. Nesse caso as comunidades quilombolas poderiam estar diante de um período favorável, visto que uma mudança tão radical abre espaço para a luta quilombola e a conquista de espaço por essas pessoas no campo político da ação estatal.

Conclusões

Em meio a uma pandemia que vem causando tantas mortes, o trabalho sociológico se faz ainda mais difícil. Ainda mais quando se trata de uma política de morte e de um processo de genocídio. Mas ao mesmo tempo as reflexões aqui lidas são

necessárias para que haja um fortalecimento das redes de pesquisa social sobre as consequências políticas e sociais do coronavírus sobre a sociedade. Esse trabalho, até mesmo por ser pensado e escrito durante a crise, apresenta algumas propostas de agenda de pesquisa para os próximos anos e algumas limitações naturais. Começando pelas limitações, como já dito, foi necessário realizar a coleta de dados e todo o trabalho sociológico em casa, o que por si só já é um elemento limitador para a pesquisa social. Fazer pesquisa sobre a sociedade sem ter contato com as pessoas é um dos grandes desafios da Sociologia hoje em dia.

Agora, mesmo diante de um contexto tão controverso, algumas questões ficam em aberto e podem ser inseridas em uma agenda de pesquisa sobre as conexões do coronavírus e os mais diversos âmbitos da sociedade brasileira. A discussão sobre como se dá a necropolítica é e será cada vez mais necessária diante um vírus que traz a letalidade mas que traz também a amplificação de problemas que já estavam postos, como a pobreza, o racismo, as desigualdades, a violência doméstica. Assim, o debate sobre a política da morte deve ser cada vez mais aprofundado pois as consequências letais dessa crise não serão cessadas assim que houver uma vacina. A questão específica do genocídio da população quilombola também é uma questão que fica e que deve ser acompanhada com cuidado, pois se trata de comunidades que são parte concreta da história do país e em especial da população negra brasileira. Uma alta letalidade sobre os/as quilombolas pode resultar em um genocídio físico, cultural, político e ancestral de todo um povo.

De maneira geral, o que se conclui é que independente se a taxa de letalidade nas comunidades quilombolas é gerada pela baixa testagem em relação ao restante do país ou a ausência de saúde pública nesses territórios, a conclusão comum para ambas as hipóteses é de uma ação baseada na necropolítica. As duas possibilidades atestam uma política do deixar morrer para os/as quilombolas. Do mesmo modo, independente de qual será o cenário pós-pandemia, se com a manutenção do neoliberalismo, ou com um estado de bem estar social ou com um pós-capitalismo, a conclusão comum para todas as hipóteses é de que a luta quilombola deve ser constante para sua preservação e para a busca da garantia das condições básicas de sobrevivência.

Referências

ARAÚJO, E. Governo prevê expulsar quilombolas de terra onde vivem há 200 anos no MA. **UOL**, São Paulo, 4 abr. 2020. ECOA. Disponível em: <<https://www.uol.com.br/ecoa/ultimas-noticias/2020/04/04/em-alcantara-ma-quilombolas-amecados-de-expulsao-querem-ficar-em-casa.htm>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

BBC. Brasil é um dos países que menos realiza testes para Covid-19, abaixo de Cuba e dos EUA. G1 São Paulo, p. 0-0, 24 abr. 2020. Disponível em: <<https://g1.globo.com/bemestar/coronavirus/noticia/2020/04/24/brasil-e-um-dos-paises-que-menos-realiza-testes-para-covid-19-abaixo-de-cuba-e-dos-eua.ghtml>>. Acesso em: 25 abr. 2020.

BIHR, A. **Tres escenarios para explorar posibilidades en el horizonte después de la crisis del Covid-19**. Sinpermiso, 2020. Disponível em: <<https://www.sinpermiso.info/textos/tres-escenarios-para-explorar-posibilidades-en-el-horizonte-despues-de-la-cri-sis-del-covid-19>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

CONAQ. **COVID-19: Sobe para 21 o número de óbitos entre quilombolas.** Brasília, 13 maio 2020. Disponível em: <<http://conaq.org.br/noticias/covid-19-sobe-para-21-o-numero-de-obitos-entre-quilombolas/>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

INSTITUTO DE PESQUISA ECONÔMICA APLICADA (org.). **Atlas da violência 2019.** Brasília: Rio de Janeiro: São Paulo: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada; Fórum Brasileiro de Segurança Pública, 2019. 115 p. Disponível em: <https://www.ipea.gov.br/portal/images/stories/PDFs/relatorio_institucional/190605_atlas_da_violencia_2019.pdf>. Acesso em: 25 mai. 2020.

MBEMBE, Achille. **Necropolítica: biopoder, soberania, estado de exceção, política da morte.** Tradução de Renata Santini. São Paulo: N-1edições, 2018. 80 p.

MINISTERIO DE SAÚDE (Brasil). Secretaria de Vigilância em Saúde. **Painel de casos de doença pelo coronavírus 2019 (COVID-19) no Brasil.** 2.0. Brasília, 26 mar. 2020. Disponível em: <<https://covid.saude.gov.br>>. Acesso em: 25 mai. 2020.

NASCIMENTO, Abdias. **O genocídio do negro brasileiro: processo de um racismo mascarado.** Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1978.

Relatório Racismo e Violência contra Quilombos no Brasil. 2018. Brasília. Coordenação Nacional de Articulação das Comunidades Negras Rurais Quilombolas e Terra de Direitos. Disponível em: <[https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/\(final\)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf](https://terradedireitos.org.br/uploads/arquivos/(final)-Racismo-e-Violencia-Quilombola_CONAQ_Terra-de-Direitos_FN_WEB.pdf)>. Acesso em: 25 mai. 2020.

WORLD HEALTH ORGANIZATION. **Coronavirus disease (COVID-19) advice for the public.** Geneva, 4 jun. 2020. Disponível em: <<https://www.who.int/emergencies/diseases/novel-coronavirus-2019/advice-for-public>>. Acesso em: 4 jun. 2020.